



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpelação Oral

Para otimizar a estrutura energética e concretizar o abastecimento diversificado e seguro de energia, o Governo da RAEM avançou, em 2008, com a introdução e o desenvolvimento de três projectos de aplicação de gás natural no âmbito da produção de electricidade, aplicação de gás combustível na cidade (industrial, comercial e residencial) e utilização de gás nos transportes públicos e, ao mesmo tempo, em conjugação com a realidade de Macau, avançou com o planeamento do mercado de gás natural, composto por três vertentes: importação e transporte, distribuição, e venda. Na sequência disto, o Governo da RAEM celebrou em Janeiro de 2007 com a Companhia de Gestão de Participações e Energia *Sinosky* (doravante designada por Energia *Sinosky*), Limitada, o “Contrato de Concessão do Serviço Público de Importação e Transporte de Gás Natural”, com duração de 15 anos, cabendo à *Sinosky* a importação e transporte de gás natural. Mais tarde, em Julho de 2012, celebrou o Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Gás de 25 anos com a Companhia de Gás Natural Nam Kwong, Limitada, nos termos do qual cabe a esta última prestar serviços de distribuição de gás natural e construir redes e instalações de gás combustível. Quanto à utilização residencial de gás natural, que pertence à terceira vertente, é a operadora da rede de gás combustível que fornece gás às empresas que instalaram gasodutos nos prédios, e são estas últimas que fornecem o gás às diferentes fracções.

O gás natural já foi introduzido em Macau há 10 anos. Quanto à produção



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

de electricidade por gás natural, a Energia *Sinosky* tem afirmado que o preço de compra tem sido, ao longo dos tempos, mais elevado do que o da venda, e que isso resultou em prejuízos para a sua balança. De facto, durante alguns anos, registaram-se “suspensões do abastecimento de gás natural”. Apesar de a principal razão desta suspensão se dever à alteração das participações da concessionária, o certo é que, em Março de 2017, o abastecimento de gás para produção eléctrica foi retomado, no entanto, a questão dos preços ainda não foi resolvida. Assim, em termos de longo prazo, o abastecimento de gás natural continua a apresentar alguma instabilidade. Que se saiba, as concessionárias já concluíram basicamente, em 2017, as obras de construção da principal rede de gás natural no Cotai, rede esta que está a estender-se progressivamente à Península de Macau<sup>1</sup>. Como os conhecimentos dos residentes sobre o gás natural, enquanto energia limpa, ainda são limitados, a sua utilização ainda não está generalizada. Quanto aos transportes públicos, existem actualmente mais de 900 autocarros, 70 dos quais são movidos a gás natural. O Secretário para os Transportes e Obras Públicas afirmou recentemente que não locais para construir bombas de gás, e segundo as previsões, dificilmente se alcançará a meta<sup>2</sup> de aumentar até 120 os autocarros movidos a gás em 2020. Tendo em conta os referidos problemas, a sociedade questiona a política de gás natural, uma vez que os resultados não correspondem ao previsto.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

<sup>1</sup> “Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2018”, página 330.

<sup>2</sup> Jornal Ou Mun, 11 de Maio de 2018, página A07.



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

1. Segundo a Energia Synosky, em 2016, o Governo da RAEM autorizou o preço por metro cúbico para a importação de gás natural através de condutas, isto é, 4,2416 patacas (3,668 renminbi). Porém, a Energia Synosky continuou a aplicar o preço autorizado pelo Governo em 2008 para a venda a retalho, isto é, 2,75357 patacas por metro cúbico, portanto, por cada metro cúbico de gás vendido geraram-se perdas de 1,5059 patacas<sup>3</sup>. Os serviços competentes discutiram com as concessionárias sobre os trabalhos de revisão do Contrato de Concessão do Serviço Público de Importação e Transporte de Gás Natural? O contrato de concessão termina em 2021. Qual é o ponto de situação dos trabalhos de organização da renovação ou do novo concurso público? Deve ser estudado e definido um novo mecanismo de actualização dos preços para a venda a retalho do gás natural. Isto vai ser feito?

2. Nas LAG para 2016, 2017 e 2018, o Governo da RAEM afirma que vai iniciar rapidamente os trabalhos de concepção e construção das bombas de gás natural, mas desde 2016, ano em que foi definida a localização das bombas, que tudo continua em fase de apreciação e autorização. Nas LAG para 2018, o Governo volta a referir que depois da confirmação da referida localização e de finalizados os procedimentos de apreciação e autorização dos terrenos, será possível iniciar, em 2018<sup>4</sup>, os trabalhos de concepção pormenorizada e avançar com a construção”. Quando é que os serviços competentes vão concluir os referidos procedimentos de apreciação e autorização? Quando é que vai ser possível construir as referidas bombas, para utilização pelos autocarros movidos a gás natural? Além disso, segundo o

<sup>3</sup> Jornal Ou Mun, 9 de Junho de 2017, página A11.

<sup>4</sup> “Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2018”, página 346.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

plano de desenvolvimento principal constante do anexo do contrato de concessão, “...a primeira fase está projectado construir um Terminal de recepção (...) de gás liquefeito(LNG), com conclusão e início de actividade prevista para antes do final de 2009”<sup>5</sup>, porém, esta obra tem-se arrastado, e nos últimos 10 anos nada se vislumbrou. E a isto junta-se o facto de o contrato de concessão terminar em 2021. Então, qual vai ser o destino das obras?

3. Em 2017 foram concluídas as obras de construção das artérias principais da rede de gás natural no Cotai. A seguir, a rede vai estender-se progressivamente à península de Macau<sup>6</sup>, com vista à articulação dos projectos de abastecimento de gás na zona dos novos aterros e na península de Macau. Assim sendo, qual é a taxa de utilização de gás natural nas zonas onde já estão instaladas as respectivas redes de conduta? Qual é o ponto de situação do abastecimento de gás natural às empresas que instalaram gasodutos nos prédios? Que tipos de dificuldades tiveram? De que medidas concretas dispõem as autoridades para a generalização do gás natural nos hotéis, estabelecimentos de comidas, sectores da indústria e do comércio e nas fracções habitacionais?

30 de Maio de 2018

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,**

**Ho Ion Sang**

<sup>5</sup> Vide [http://bo.io.gov.mo/bo/ii/2007/03/extractos\\_cn.asp#cexe](http://bo.io.gov.mo/bo/ii/2007/03/extractos_cn.asp#cexe)

<sup>6</sup> “Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2018”, página 330.